



*Mulheres na*  
**DIPLO  
MACIA**

EDIÇÃO MARÇO | 2022





# ÍNDICE

3 Mensagem ao acadista

4 Abrindo portas

6 Contemporaneidade

14 Diversidade

19 Futuro

22 Família

27 Aspirações

## IDEG CURADORIA

### Edição Mulheres

Edição, diagramação, supervisão  
e aprovação:  
Equipe IDEG

## SIGA-NOS

 @cursoideg

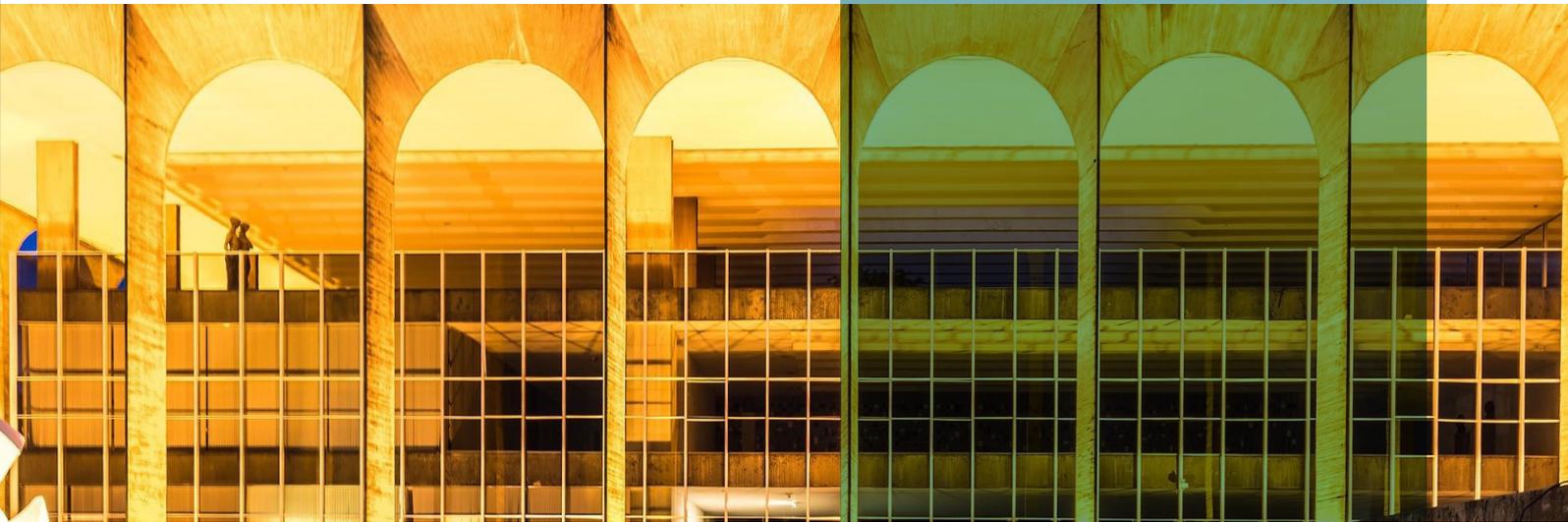
 @cursoideg

 ideg.com.br

## CONVERSE COM A GENTE

atendimento@ideg.com.br

# MENSAGEM AO CACDISTA



Sejam bem-vindas e bem-vindos ao mês da mulher, cacdistas!

Neste mês, mais do que em qualquer outro, destacamos as forças, as virtudes, as conquistas e os desafios presentes e vindouros na vida da mulher. Desde 1918, quando a primeira diplomata mulher entrou para o Itamaraty, apenas aumentou o número de candidatas acalentando este sonho. São mulheres, profissionais, estudantes, trabalhadoras, filhas, mães que levam a sua vontade de ser diplomata junto a todas as demais atividades que lhes são impostas pela sociedade. Hoje, menos de 25% do corpo diplomático do Brasil, um país em que as mulheres correspondem a 52,2% da população, são mulheres. Hoje, a maior parte dos inscritos no CACD são mulheres, mas, na prática, menos de 50% dos empossados anualmente são mulheres.

No IDEG, o tema sempre teve destaque para nós. De tal forma que, quando vocês chamaram a nossa atenção para uma equipe quase exclusivamente composta por homens, nossa coordenação equilibrou os números e hoje temos uma equipe mais plural e representativa das mudanças que nós queremos.

São muitas as análises da ONU que apontam que a participação de mulheres nas negociações de paz são fundamentais para uma paz mais duradoura e voltada para a construção de uma paz que gere efeitos benéficos para a população.

São muitas as mulheres que vêm abrindo portas e construindo pontes para que as que hoje estudantes possam adentrar ao Palácio do Itamaraty e continuar fortalecendo essa presença feminina. Hoje, nós convidamos vocês a conhecer o presente feminino na diplomacia de duas formas: 1ª) com os relatos de mulheres e os desafios diários que elas enfrentam no exercício da profissão de diplomata, 2ª) com os depoimentos de mulheres que estão vivendo o dia a dia de quem quer adentrar na diplomacia.

abraços,

Equipe IDEG



# ABRINDO PORTAS

**M**uitas vezes sinto-me não abrindo, mas esmurrando portas. Nada muito elegante e, sobretudo, machuca. Portas que continuam se mostrando fechadas mesmo diante do evidente escarcéu. Ouvidos que pareciam começar a se mostrar atentos, como no período do Chanceler Celso Amorim, tornaram-se moucos. A Chancelaria brasileira tornou-se soberba em sua surdez machista. Desde o período do Governo Temer, e principalmente no atual, ganhou ares de naturalidade opressora o silenciamento das mulheres diplomatas. O diálogo anteriormente iniciado para responder às pautas apresentadas pelo Grupo de Mulheres Diplomatas foi interrompido, ainda que as conquistas pretéritas tivessem sido poucas.

Insistência é nosso mote. Irritante o nosso predicado. Confiança a nossa inspiração.

As mulheres diplomatas brasileiras ostentam, hoje, com satisfação, o compromisso pela igualdade de gênero dentro do Itamaraty. Há algumas mais vocais, que se somam a um grande contingente de atuantes defensoras de maior participação feminina na formulação e execução da Política Externa Brasileira. À legítima demanda por paridade na representação de gênero, soma-se a consciente mensagem de que a contribuição das mulheres diplomatas agregará diversidade e conteúdo ao trabalho diplomático. A contribuição será tanto maior quanto mais expressivo o contingente feminino ingressando no Instituto Rio Branco, e tanto mais rica quanto complexos e estimulantes os desafios para mulheres diplomatas em posições de chefia, na Secretaria de Estado e no exterior.

Ao longo de mais de cem anos de história, as mulheres diplomatas foram agregando conquistas, que nutrem o objetivo presente. Neste momento, estamos às vésperas da nomeação da próxima chefia do Itamaraty, que há de ser uma mulher. Em 2023, a Chancelaria brasileira poderá equiparar-se a todos os demais países das Américas, exceto o Uruguai, que já tiveram uma Chanceler. Tarda, mas não falta. Há um sem-número de potenciais candidatas, tanto mulheres diplomatas de carreira, quanto mulheres com destacada atuação no mundo da política e também na Academia, onde

têm conquistado crescente relevância. Que sejam mulheres determinadas a materializar a aguardada proposta de fazer da Casa de Rio Branco também a casa de todas nós... mulheres qualificadas para conduzir a Política Externa Brasileira.

As mais velhas vão arrombando portas, e uma nova geração há de ingressar com a responsabilidade de assumir a construção de uma nova história no Itamaraty, onde a contribuição feminina tenha para si assegurados a inequívoca oportunidade e o justo registro.

Tudo vale a pena. Estamos bem próximos desse novo episódio da história do Itamaraty e da diplomacia brasileira. Enquanto se aguarda, reforça-se o sentido da vocação de servir o Brasil. A imagem da diplomacia brasileira será um rosto feminino, que promoverá a multiplicação desses rostos e enaltecerá todo um país.

Falo (escrevo) assim às candidatas e também aos candidatos ao Instituto Rio Branco para que tenham certeza de que o Itamaraty lhes pertence. Um Itamaraty que ajudarão a renovar e fortalecer. Os desafios são imensos. Do projeto que fragiliza e reduz as instituições de Estado, à determinação de corromper uma centenária tradição de política externa. Para superá-los, será essencial a soma de forças. E nós, mulheres, dizemos: Presente!



A Embaixadora Irene Vida Gala é, atualmente, subchefe do Escritório de Representação do Itamaraty em São Paulo. Ao longo de sua trajetória profissional, especializou-se nas relações do Brasil com países do continente africano, bem como na temática de gênero nas relações internacionais.



# CONTEM PORANEI DADE



## Lugar de mulher é na política – externa

**E**m seu trabalho seminal *Gender in International Relations*, de 1993, J. Ann Tickner afirma que a política internacional é um mundo de homens, habitado por diplomatas, militares e funcionários de organismos internacionais majoritariamente do sexo masculino. Tickner defende que, enquanto as experiências das mulheres forem desconsideradas na produção de conhecimento nesse campo, assim como na construção das regras do sistema internacional, essa exclusão tende a se manter.

Com quase 20 anos de carreira diplomática, eu constato que a hipótese da autora se sustenta até os dias atuais. Quando ingressei no Itamaraty, em 2003, as mulheres representavam 19,45% do total de diplomatas. Em 2022, são pouco mais de 23%. A representação feminina na carreira diplomática está inserida no desafio mais amplo de acesso das mulheres a espaços de poder, dificultado por causas estruturais. Apesar disso, é comum que se justifique com base em questões individuais. Por exemplo, alegando-se que as mulheres não “querem” a diplomacia, uma vez que exige mudanças internacionais e “inviabiliza” a constituição de família. Para além do fato de que o estado civil dos homens diplomatas jamais seja dado relevante – por extensão, o das mulheres tampouco deveria ser –, falta dizer que mulheres são maioria nas carreiras de oficial (nível superior) e assistente (nível médio) de chancelaria, que também compõem o serviço exterior brasileiro e podem ser feitas, ainda mais do que a carreira diplomática, fora do Brasil.

Para melhor compreender a ausência de mulheres, há que se analisar, entre outros fatores, a imagem da carreira diplomática. Em 2016, Gêssica Carmo e Rogério Farias documentaram que a presença feminina cai nos dois últimos níveis funcionais da carreira diplomática brasileira. Ou seja, as já poucas mulheres que ingressam acabam perdendo lugar no topo, nas posições de maior visibilidade. Trata-se de círculo vicioso que mantém as mulheres afastadas: potenciais candidatas e suas famílias desconhecem exemplos femininos de sucesso e questionam se a carreira diplomática seria uma boa opção profissional. Sabendo-se que a preparação para o CACD é onerosa e exige tempo, dificilmente elas prestarão o concurso em igualdade de condições com relação aos concorrentes do sexo masculino. Permanecendo como minoria na carreira, as mulheres têm menos chance de comandar os processos decisórios que levam à nomeação aos cargos de maior projeção.

Pode-se dizer que um século após o ingresso da primeira cidadã brasileira na carreira (Maria José de Castro Rebello, em 1918), as mulheres diplomatas ainda são percebidas como deslocadas, fora de lugar, mesmo antes de ingressarem. A cultura institucional, muito identificada com o gênero masculino, tem raízes profundas e múltiplos reflexos, inclusive sobre a atração de mulheres. Isso não significa que elas não tenham ajudado a construir a história da política externa brasileira, conforme ensina Guilherme Friaça (2018). Maria José Rebello não apenas foi a primeira mulher diplomata, como a primeira cidadã brasileira aprovada em concurso

público. O Brasil foi o primeiro país a contar com uma embaixadora de carreira, Odette de Carvalho, em 1956. Na criação da Organização das Nações Unidas, o Brasil foi um dos únicos seis países, entre 50 participantes, a enviar delegada plenipotenciária à Conferência de São Francisco. O ativismo da Dra. Bertha Lutz durante a negociação na Carta da ONU está na origem do reconhecimento explícito da igualdade entre homens e mulheres nesse documento. Esse histórico merece ser difundido e valorizado, de forma que mais candidatas reconheçam seu lugar.

Ademais da equidade, que por si justificaria a preocupação com a ausência de mulheres na diplomacia, a colaboração feminina mostra-se a cada dia mais necessária por razões tão radicais quanto o direito à vida e à integridade física. No atual momento, em que se assiste ao terror de guerras decididas primariamente, quando não exclusivamente, por homens, lembro-me com pesar da previsão da Dra. Bertha Lutz, em 1945: “Nunca haverá paz no mundo enquanto as mulheres não ajudarem a fazê-la”.

Por suas experiências e prioridades, distintas daquelas dos homens, as mulheres têm potencial específico, ainda largamente desperdiçado, na construção de sociedades mais justas e, em última instância, da paz. Desde o ano 2000, o Conselho de Segurança da ONU aprovou onze resoluções relacionadas ao assunto, conhecidas em seu conjunto como agenda de mulheres, paz e segurança – tema a que me dedico nos últimos anos.

Por tudo isso, quero deixar meu encorajamento às estudantes que se preparam para prestar o CACD. Se lugar de mulher é onde ela quiser, na política, em particular na política externa, esse lugar aguarda ser preenchido pelo bem de toda a humanidade.



Camila Pitanga – Embaixadora da ONU Mulheres Brasil



A Conselheira Viviane Rios Balbino é chefe da Divisão de Nações Unidas do Itamaraty. Possui mestrado em diplomacia pelo Instituto Rio Branco. No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à OEA, em Washington, e na Embaixada em Doha, Catar. É autora do livro “Diplomata: substantivo comum de dois gêneros”, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).



# O PARAÍSO NA TERRA EXISTE PARA A MULHER DIPLOMATA BRASILEIRA E FICA NO ORIENTE MÉDIO

**F**ui convidada para escrever artigo a respeito de como é ser uma mulher diplomata brasileira no Oriente Médio. Analisando isoladamente cada um desses atributos, poderia escrever quatro textos distintos: o que é ser uma mulher; o que é ser uma diplomata; o que é ser brasileira; e como é viver no Oriente Médio. Matemática de formação que sou, a análise combinatória também me veio à mente, porque vi que é possível, ainda, formar agrupamentos por combinação simples de quatro elementos tomados dois a dois, assim: o que é ser mulher diplomata; o que é ser mulher brasileira; o que é ser mulher no Oriente Médio; o que é ser diplomata brasileira; o que é ser diplomata no Oriente Médio; e o que é ser brasileira no Oriente Médio. De novo, cada um desses seis pares ensinaria outros seis textos distintos dos quatro anteriores. Teríamos dez artigos! Eu poderia escrevê-los tranquilamente, pois sou mulher, sou brasileira, estou diplomata, vivo no Oriente Médio nos últimos 30 anos, não consecutivos - antes e depois de ingressar na carreira -, e conduzo minha vivência diplomática especializando-me em temas médio-orientais, o que me leva a privilegiar missões em representações

diplomáticas brasileiras pelo Oriente Médio. Assim, para que eu consiga maximizar, para o leitor, a precisão do que sinto sendo uma mulher diplomata brasileira no Oriente Médio, decidi, antes, apresentar brevemente como percebo cada um dos termos do título do artigo.

## O QUE É SER UMA MULHER

Peço venia aos leitores masculinos, biológicos ou transgêneros, para dizer que só nós, mulheres, biológicas ou não, sabemos o poder quase metafísico dentro de nós advindo tão somente de nossa condição feminina. Pelo menos é assim que me sinto, não sei decodificar mais precisamente esse sentimento em linguagem. Aqui me refiro ao poder trazido pela condição feminina de mulheres como eu, que fui privilegiada em ter tido acesso ao estudo, e, hoje, ser financeiramente independente. É certo que não vivi a exploração feminina que diminui a mulher, a covardia da força masculina que a violenta, o nojo que a invade quando é estuprada, a busca pela sobrevivência numa fila de refugiadas que não passam de objetos sexuais aos olhos de um deputado brasileiro. Esses medos nos perseguem, diariamente, mas ser mulher é indescritivelmente maravilhoso, só sendo uma para compreender o que sinto.

## O QUE É SER UMA DIPLOMATA

Cada Estado tem suas regras para o ingresso de seu nacional no serviço exterior. No Brasil, o leitor deste texto possivelmente conhece bem os critérios de ingresso na chancelaria brasileira para seguir a carreira de diplomata, pois será publicado em material de curso preparatório para o concurso. E até algumas décadas atrás, entre essas regras estava

a proibição de ingresso de diplomata mulher.

Nossa primeira diplomata da história do Brasil, Maria José de Castro Rebello Mendes, em 1918, desafiou o Estado e se inscreveu no concurso de admissão. O então chanceler brasileiro, Nilo Peçanha, assim opinou no despacho que acabou decidindo pelo deferimento da inscrição da moça, diante de forte pressão de algumas outras autoridades:

Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, vide tantos atributos de discrição e competência são exigidos, bem que não são privilégio do homem - e si a

requerente está aparelhada para disputar um lugar nessa Secretaria de Estado (...), o que não posso é restringir ou negar o seu direito... Melhor seria, certamente, para o seu prestígio que continuassem a direcção do lar, taes são os desenganos da vida pública, mas não há como recusar sua aspiração, desde que fiquem provadas suas aptidões.

Maria José de Castro foi aprovada em primeira colocação no concurso de admissão de 1918.

Conheço diversas diplomatas estrangeiras e brasileiras. Temos em comum o fato de, em nossos respectivos ministérios das Relações Exteriores, sermos em número substantivamente aquém do número de diplomatas homens, o que acaba refletindo também na progressão funcional. Homens são promovidos, competentes ou não; já as mulheres, para serem promovidas, precisam provar sua supercompetência, e, mesmo assim, precisa contar com apoio a partir de determinada altura da carreira.

Pelo mundo, atuando, a diplomata tem imunidade, usufrui de respeito das autoridades estrangeiras onde está acreditada, vive em um mundo à parte, de benefícios inerentes à carreira para que, em

troca, possa atuar a serviço de seu país. A atividade da diplomata é regida pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

## O QUE É SER UMA BRASILEIRA

Ser brasileira é ter o privilégio de contar com a Constituição Federal de 1988 no centro do ordenamento jurídico pátrio. A conquista tardou, mas chegou. Enquanto o constitucionalismo foi movimento iniciado no século XVIII, no âmbito da dupla revolução – americana e francesa –, no Brasil nossos direitos os mais elementares, como poder se divorciar, só nos chegou no terço final do século XX, a partir de 1988,

com a promulgação da Constituição Federal. Muito embora, na prática, a realidade de alguns contextos vividos pela brasileira em solo pátrio muito se distancie dos direitos fundamentais a que faz jus, previstos no texto constitucional, fato é que, em tantas outras realidades, esses direitos prevalecem e salvam vidas. Os noticiários vão sempre destacar o conflito humano, o abuso contra a brasileira, e assim deve mesmo ser, mas o que não é exibido, o que não é notícia, deve igualmente estar presente em nossas mentes. Os direitos que a mulher hoje tem no Brasil é decorrente de conquista pela luta do passado

## COMO É VIVER NO ORIENTE MÉDIO

A primeira vez em que pisei em solo médio-oriental, em 1993, foi como estudante intercambista da língua árabe na Síria, onde residi por dois anos. Etnocêntrica ao extremo então, com 22 anos de idade, imaginei o que qualquer um que jamais esteve em um país árabe – que compõe a maior parte dos países do Oriente Médio, que inclui também países não árabes como Irã e Turquia – pensaria, em especial a opressão contra a mulher. Hoje me pergunto: por que temos essa impressão equivocada de que a mulher médio-oriental é oprimida? Talvez porque para nós, ocidentais, a



vestimenta que exige a mulher se cobrir da cabeça aos pés seja forte demais para aceitar. Com o passar dos anos, vi que elas se cobrem por vontade própria e têm a opção de não cobrir. Ficava cada vez mais claro para mim que não havia opressão, ao contrário, a mulher tinha um papel sagrado tanto nas famílias de religião islâmica, quanto na cristã ou na judaica, as três religiões abrahamicas seguidas pelos povos do Oriente Médio.

Na cidade universitária, eu dividia quarto com cinco sírias muçulmanas, que estudavam engenharia, letras, arquitetura, medicina e teologia. A que estudava medicina levava ossos de verdade para estudar no nosso quarto e eu tinha um pouquinho de medo! Elas me ajudavam bastante com as lições em árabe, até tarde da noite. Quando eu tinha algum mal estar, cuidavam de mim. Eram como cinco irmãs que eu tinha.

Depois da Síria, permaneci no Oriente Médio, pois ingressei na aviação em uma empresa aérea árabe, com sede no Bahrein, onde passei a residir, e, posteriormente, fui designada para empresa aérea do governo dos Emirados Árabes Unidos. As colegas na aviação eram árabes ou estrangeiras como eu. Havia diretoras, pilotas e comissárias, além de outras funções administrativas. Era um mundo como o nosso, Ocidental, mas sendo que a mulher era espécie de ser sagrado. Admito, é muito bom ser mulher no Oriente Médio. A gente se sente como rainhas fôssemos!

Lembro-me bem de quando eu ia ao Brasil em férias, a família e os amigos me perguntavam se eu não tinha medo de morar lá. O que eles não sabiam é que o Oriente Médio é uma das regiões mais seguras de todas que eu já conheci.

Criminalidade urbana é simbólica ou virtualmente inexistente. As filas não são para mulheres, que

gozam de privilégios mil, pelo simples fato de serem mulheres. É outro mundo. É um mundo diametralmente oposto ao imaginado pelo Ocidental. No limite, os problemas enfrentados pela mulher médio-oriental, seja árabe ou não, seja muçulmana ou não, são os mesmos que as ocidentais enfrentam, como violência doméstica e afins, ou abusos de interpretações propositalmente elaboradas por homens ou pseudorreligiosos que objetivam o domínio pelo domínio, porquanto há interesses envolvidos nessas interpretações.



### **COMO EXPLICAR A TAL OPRESSÃO VIVIDA PELA MULHER NO ORIENTE MÉDIO**

Entendo que caiba comentar acerca da tão propagada opressão que observamos em algumas realidades no Oriente Médio em especial associada à

religião islâmica. Cabe ressaltar que muitas, mas muitas amigas minhas muçulmanas são bastante empoderadas, bem empregadas ou do lar, com importante papel no trabalho e na família, parlamentares, engenheiras, médicas, professoras, do lar. Como explicar a opressão que o Ocidente entende haver?

O movimento feminista islâmico, por exemplo, não prega o fim da religião que essas fiéis amam, e, sim, atacam as interpretações abusivas que ulemás e autoridades religiosas fazem das escrituras. Tanto assim que, como podemos constatar, o governo da Arábia Saudita vem gradativamente proibindo certas linhas interpretativas com vistas a permitir maior abertura para as mulheres naquele Reino. Não há qualquer opressão que vemos abusadores cometerem previstas quer no Corão, quer nas Sunas ou Hadithas – que são ao lado do Corão textos igualmente sagrados, que descrevem práticas do profeta Muhammed (Maomé) (que a paz esteja sobre ele) narradas por pessoas que com ele conviveram ou fizeram parte de até três gerações depois de sua morte.

Será a luta dessas fiéis contra as interpretações abusivas que as permitirá conquistar cada vez mais direitos. Juízas mulheres já são admitidas na magistratura da maioria dos países desta região; advogadas mulheres já participam de audiências nas Cortes, o que era inimaginável há até pouco tempo. São exemplos de mudanças gradativas. Cada sociedade evolui a seu tempo. A nossa grande libertação ocorreu recentemente, com a promulgação da Constituição; as realidades médio-orientais cada uma no seu ritmo, estão também em processo de transformação com vistas a interpretações menos cerceadora da liberdade da mulher.

## ABUSOS E ABUSOS

Todos sabemos que a autoria de abusos cometidos contra a mulher não está vinculada a nacionalidade, classe social, religião, etnia ou qualquer outra característica específica do autor desses atos; no entanto, é comum a generalização leviana quando o abusador é dessa ou daquela nacionalidade, dessa ou daquela classe social, dessa ou daquela religião, dessa ou daquela etnia. Todos conhecemos mulheres ou meninas que foram vítimas de abuso físico, sexual ou verbal, até mesmo em meio a nossa própria família. Se, por um lado, ser mulher perpassa por toda a força gigante que temos dentro de nós e só nós conhecemos, por outro significa a convivência diária do temor em sermos estupradas ou abusadas, ainda que por microviolências verbais que um chefe ou um colega de trabalho ou um parente nem percebem que cometeram, e isso seja onde for.

Um dia, um chefe embaixador chefe de uma amiga minha diplomata brasileira conversava temas de trabalho com ela e outros diplomatas homens colegas dela, todos da equipe do embaixador. A cena se dava em recepção que o referido embaixador oferecia em sua residência. Lá pelas tantas, sua esposa entra no recinto, mas um pouco distante do grupo. O embaixador solicita à diplomata mulher que se dirigisse à esposa para informá-la de que o marido estava ali. Sei que muitos que me leem me questionarão: “mas qual o problema?”. Certamente você se faz essa pergunta porque, tal como aquele embaixador, você naturaliza o fato de ser óbvio escolher, entre os profissionais com

quem conversava temas de trabalho, a profissional mulher, pouco importando sua participação que ela estava tendo naquela conversa de trabalho. Quando tão somente a nossa condição feminina é critério para decisões, estamos vivendo uma microviolência ainda que sem intenção do autor. E quando essa decisão é por cometer homicídio, por exemplo, o código penal já foi atualizado com o qualificador do feminicídio, que majora a pena no cálculo da sua dosimetria pelo juiz.

Já presenciei uma cena esdrúxula. Eu visitava um colega diplomata no Itamaraty, quando, de repente, entrou no recinto onde estávamos um embaixador que servia na África e estava em Brasília em férias. Perguntou a meu colega: “ainda está com aquela gatinha?”, ao que o colega respondeu que não, que, agora, estava se relacionando com outra pessoa, uma diplomata com quem trabalhava. O embaixador exclamou, mesmo na minha presença, a pérola: “aê, garoto, comendo colega, né?” e saiu. Ficamos, meu colega e eu, estupefados. Pude claramente ver no semblante do meu colega uma profunda tristeza e olhos quase mareados, certamente chocado com a objetificação que aquele senhor fizera daquela que veio a ser posteriormente sua noiva e hoje são casados. Claro que isso não se estende a todos os embaixadores, brasileiros ou não. Generalizar é leviano, assim como generalizar que o muçulmano oprime a mulher é igualmente leviano.

O deputado que esta semana, de forma repugnante, esteve na mídia por ter sido flagrado em áudio objetificando refugiadas ucranianas que aguardavam cruzar a fronteira, ou, em outros termos, que aguardavam continuar tendo o direito de viver, assim o fez porque seu nível de consciência é de ameba. Seria leviano estender seu ato asqueroso a classe profissional “deputados” ou a faixa etária “homens com 35 anos de idade”.

Como se vê, são atos isolados que não se associa a nacionalidade, profissão ou qualquer outro atributo. Poderia até afirmar que existem homens que vivem à luz da ética islâmica e, ainda, outros mais humildes com cargos menos grandiosos que o de embaixadores e deputados, que não profeririam tamanhas asneiras, mas, de novo, a falta de noção em nada se relaciona à classe social, à profissão, à religião ou a qualquer outro atributo. É individual e se relaciona ao nível evolutivo e de consciência de quem respeita ou não o outro ser humano, mais

especificamente respeita a mulher.

Os exemplos acima que mencionei em contexto que nos é familiar por sermos brasileiros – e aqui convido o leitor a recordar as atrocidades cometidas contra a mulher brasileira em solo pátrio –, não seria diferente de abusos cometidos contra a mulher na Europa leste e oeste, nos países escandinavos, na Ásia, no Caribe, na América do Norte e no Oriente Médio. Claro que, em cada país teremos a gradativa consciência da necessidade de afastar vez por todas abusos assim. No Brasil, exemplo mais bem acabado de séria tentativa de tratar a mulher como humana foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, como já pontuei, o que influencia todos os demais ramos do direito, incluindo temas do direito de família, reconhecimento da união estável, do divórcio, da prisão civil por não pagamento de alimentos, e, sobretudo, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, entre outros direitos que acabam salvaguardando o bem estar da mulher direta ou indiretamente.

## **O ORIENTE MÉDIO NA PERSPECTIVA DA MULHER**

Sendo assim, posso afirmar que, na minha experiência vivendo no Oriente Médio, ser mulher é ser dotada de qualidades quase sagradas pelo simples fato de sermos mulheres e usufruirmos dessa condição por onde quer que estejamos. Haverá Don Juans nos seguindo? Sim. Haverá abusadores? Sim! Haverá pseudorreligiosos se valendo de interpretações doentias que tentam extrair das escrituras sagradas regras opressoras contra a mulher, deturpando esses textos sagrados? Sim! Mas, creiam, é a exceção, não é a regra de como a mulher é tratada no Oriente Médio. Elas trabalham, estudam, viajam, consomem, fazem tudo e muito mais que a mulher Ocidental faz. São amadas e respeitadas pelos seus pares e amigos. Cabeças opressoras e doentias existem onde quer que seja, como narrei mais acima. E contra essa opressão no caso do mundo islâmico, que é a religião seguida por grande parte dos médio-orientais, há movimentos feministas muito bem organizados que não negam o amor à religião que seguem, mas atacam de forma inequívoca as interpretações abusivas. Claro que, politicamente, igualmente muito há de evoluir, assim como no

Ocidente, mas isso seria tema para outro artigo.

No Oriente Médio, a profissão de diplomata é também muito admirada. Cada vez mais vemos nas chancelarias árabes diplomatas árabes atuando de forma brilhante. Nas reuniões de trabalho, somos muito respeitadas, sobretudo pelo nosso conhecimento do tema tratado nas reuniões.

Por fim, tudo que remete ao Brasil é extremamente bem quisto pela sociedade médio-oriental. Impressionante. Você que me lê, se um dia pisar em um país do Oriente Médio, constatará por si só.

Ora, em conclusão, no Oriente Médio, região extremamente segura, ser mulher – percebida como sagrada –; ser diplomata – profissão altamente admirada pelos médio-orientais –; ser do Brasil – país gratuitamente amado por virtualmente todo cidadão médio-oriental; é diametralmente oposto ao que talvez pudesse ser imaginado pelo leitor quando iniciou a leitura.

Assim, em conclusão, ser mulher-diplomata-brasileira-no-Oriente-Médio, para mim, considerando todos esses qualificadores simultaneamente, é como viver no paraíso, sem prejuízo de eu reconhecer haver abusos contra mulheres tal como acontece em todo e qualquer lugar no mundo.



**CLÁUDIA ASSAF**

Diplomata desde 2006, Cláudia Assaf é conselheira, comissionada, na Embaixada do Brasil no Sultanato de Omã. Antes, atuou nas Embaixadas do Brasil no Catar, na Arábia Saudita e no Kuwait, além da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York. É escritora, professora de árabe e fundadora do Clube do Livro Dicas da Diplomata.



# DIVER SIDADE



**N**os últimos quase 14 anos de carreira, passei por diferentes áreas no Itamaraty. No Brasil, iniciei minha trajetória cuidando de temas relacionados à energia e à tecnologia. Em seguida, trabalhei na assessoria de imprensa. Minhas últimas lotações em Brasília, antes de partir para meu primeiro posto no exterior, foram como assessora do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Secretário-Geral das Relações Exteriores. No exterior, servi na Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, onde acompanhei temas de Direitos Humanos, Conselho de Segurança e Consolidação da Paz. Nessa ocasião, fui a negociadora brasileira da revisão da Arquitetura de Consolidação

fui cedida para o Gabinete do Presidente da 72a. sessão da Assembleia Geral. Na ONU, fui a primeira diplomata brasileira a chefiar a unidade de paz e de segurança da Assembleia Geral. Atualmente, encontro-me na Embaixada do Brasil em Sófia, como coordenadora política.

**Qual você considera ser a importância de ser uma mulher na carreira diplomática brasileira?**

A diplomacia tem um papel fundamental na construção do país. Como vocês sabem, a diplomacia brasileira foi responsável pela definição das fronteiras nacionais. É também por meio da diplomacia que negociamos com o resto do mundo o próprio sistema internacional, seus valores e princípios. Também formulamos políticas, em diversas áreas, como meio ambiente, tecnologia, energia, entre outras, e que terão impacto nas políticas domésticas. Como maioria da população brasileira e mundial, as mulheres devem poder aportar suas perspectivas sobre o projeto brasileiro de nação e sobre o sistema internacional e suas políticas. Nossas visões do mundo e do Brasil não estarão completas se metade da população mundial seguir excluída do seu processo de formulação. Portanto, a presença de mais mulheres na diplomacia é de fundamental importância.

**Além das particularidades de ser mulher, você é uma mulher LGBTQIA+. Como você sente que isso já impactou na sua vida profissional? Quais os maiores desafios de ser uma mulher LGBTQIA+ na diplomacia, em âmbito global? Há restrições ou cuidados diferentes do que se você fosse um homem ou uma mulher heterossexual?**

Ser LBGTQIA+ no Brasil e no mundo ainda é um desafio. A homofobia e o preconceito são latentes em todos os países, sem exceção, de norte a sul, de leste a oeste. Talvez, em alguns países seja mais desafiador do que em outros, em que leis sobre casamento igualitário e sobre a plena cidadania das pessoas LBGTQIA+ foram aprovadas. De toda forma, o preconceito contra pessoas LBGTQIA+ persiste, mesmo com legislação em vigor para coibir a homofobia. No que diz respeito à carreira diplomática, a principal dificuldade é servir em postos em que a homossexualidade é considerada crime e punível com pena de morte, sobretudo se você estiver em um relacionamento com alguém de fora da carreira. Mas é importante ressaltar que ninguém é obrigado a servir nesses postos e que esses aspectos são levados em consideração na remoção. No documentário que o Grupo de Mulheres Diplomatas Brasileiras produziu (Exteriores, mulheres brasileiras na diplomacia), comento mais sobre as especificidades de ser LBGTQIA+ na diplomacia.

**Quais forças você identifica no seu papel como servidora do Estado ao ser tida como referência para tantas mulheres? Principalmente, as que são LBGTQIA+.**

Agradeço as palavras gentis, mas não me posiciono como referência. Para mim, o mais importante é que as mulheres e as pessoas LBGTQIA+ se sintam acolhidas na diplomacia. O documentário foi feito para estimular mais diversidade. Ao vê-lo, sintam-se acolhidas e estimuladas. O preconceito diário acaba exigindo muita força das pessoas LBGTQIA+. Muitas se tornam independentes muito jovens, pois nem sempre são acolhidas em casa e acabam se encontrando sozinhas no mundo. Nem todas, entretanto, conseguem lidar com a homofobia cotidiana e infelizmente sucumbem. Então, nosso papel é acolher e estimular. E o papel de todos nós é o mesmo, acolher e estimular.

**Qual conselho você daria para uma mulher LBGTQIA+ que pode estar apreensiva com o seu próprio futuro na carreira diplomática?**

É normal estar apreensiva sobre o futuro. Mas saiba que existe lugar para você na diplomacia. Eu

amo ser diplomata. Sou feliz e realizada com minha escolha profissional. O caminho para chegar até a diplomacia é longo e exige muita preparação. É importante não ficar apreensiva com situações hipotéticas para não se autossabotar. O momento já enseja várias preocupações, com a aprovação no concurso, com um bom desempenho nas provas, com o cumprimento do cronograma de estudos para o certame. Durante a preparação, é importante também não descuidar do equilíbrio emocional.

Boa sorte!

E não se demorem em ser meus colegas.



A diplomata Amena Yassine foi professora do Instituto Rio Branco (IRBr) e da Universidade de Brasília (UnB). Possui mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science. Foi a primeira diplomata brasileira a chefiar a unidade de paz e de segurança da Assembleia Geral. Atualmente, é coordenadora política na Embaixada do Brasil em Sófia.



**C**omecei a trabalhar no Itamaraty como Oficial de Chancelaria, nas áreas de licitações e gerenciamento de contratos do Departamento de Administração em 1º de abril de 1998. Foi uma experiência muito boa porque pude conhecer a organização e o funcionamento do Itamaraty, além de muitos colegas. Em 2001, fiz minha primeira viagem ao exterior para servir como Vice – Cônsul no Consulado Geral do Brasil em Milão e foi uma grande oportunidade para conhecer a realidade de vida dos milhares de imigrantes brasileiros na Itália e a importância do trabalho das representações brasileiras para os mesmos. Depois de Milão, servi em Pretória, em Belgrado, em Malabo, voltei ao Brasil e atualmente, estou servindo em Chicago.

**- Qual importância de ser uma mulher na carreira do serviço exterior brasileiro?**

O fato de sermos mulheres não deveria fazer qualquer diferença na atribuição de funções ou posições, mas lamentavelmente ainda faz e em nosso desfavor. Em pleno século XXI, ainda somos alijadas de oportunidades de demonstrar nossa capacidade e potencial no desempenho de

mesmas funções que um homem, pelo simples fato de sermos mulheres. Mesmo no meio diplomático, para determinado público, é inconcebível que a nossa imagem esteja associada a cargos de comando. Ser mulher na carreira do serviço exterior brasileiro é, como em diversas outras áreas, ainda, um desafio constante. Por outro lado, nas oportunidades que surgem e nas quais podemos atuar, ser mulher faz a diferença na pacificação de acordos, no discurso de temas delicados e sensíveis e em muitas outras ocasiões importantes.

**- Qual o impacto na sua vida profissional de, além das particularidades de ser mulher, ser uma mulher preta?**

Para mim, no fim das contas, muito positivo pois é gratificante quando, para muitas pessoas, conhecer uma adida brasileira, uma vice – cônsul negra é motivo de orgulho, de esperança, de libertação. Isso me foi manifestado muitas vezes e de diversas formas, por brasileiros e estrangeiros, negros e não negros. É um sentimento indescritível. E, devo acrescentar que, felizmente, foram momentos muito mais frequentes que as manifestações de desdém, de subestimação, de invisibilização e

desprezo daqueles que têm dificuldade de aceitar as diferenças.

Pessoalmente, tive e tenho a sorte de ter tido chefes que me valorizam exatamente por eu ser mulher e negra. De saberem valer dessas qualidades em benefício do trabalho e para ratificar a diversidade cultural e de oportunidades que o Brasil possui. Demonstram respeito pela minha trajetória e meus atributos profissionais, concedendo-me oportunidade para colaborar com ideias para melhoria dos serviços prestados e com o respectivo reconhecimento, quando possível. Entretanto, lamentavelmente, ainda são raros os chefes com essa percepção.

### **Você já sofreu alguma discriminação?**

Sim. Diversas vezes. Em sua maioria por meio de atitudes e falas veladas. E geralmente pelo fato de eu estar ocupando uma posição de prestígio e desfrutar de privilégios e imunidades inerentes à carreira, ou seja, nas palavras do Ministro Joaquim Barbosa “por estar ocupando um espaço que supostamente, no imaginário do brasileiro, é reservado aos brancos...” - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/08/joaquim-barbosa-conversa-com-bial.htm?cmpid=copiaecola>

### **- Quais os maiores desafios de ser uma mulher preta na chancelaria e diplomacia, em âmbito global?**

A conquista de maior espaço, principalmente para poder aprofundar o debate racial no campo dos direitos humanos na área internacional. Ocupar o nosso lugar de fala.

### **- Quais as forças que você identifica no seu papel como servidora do Estado ao ser tida como referência para tantas mulheres, principalmente, as que são pretas e pardas?**

A solidariedade entre as mulheres produzida pela crescente compreensão do impacto do binômio racismo/sexismo na produção de privilégios e exclusões, parafraseando Sueli Carneiro; A sororidade das mulheres negras em sendo “a dor que se transforma em potência”, como diz Vilma Piedade. E a consequente ocupação de espaço de poder dentro de um órgão tradicionalmente

reservado à elite branca.

### **- Que conselho que você daria para uma mulher preta que pode estar apreensiva com o seu próprio futuro na carreira do serviço exterior brasileiro?**

A mensagem que está no busto de Osvaldo Cruz, localizado no Ministério da Saúde, vizinho ao nosso Ministério na Esplanada dos Ministérios: “Não esmorecer para não desmerecer”. Não desista e faça valer a luta de nossos antepassados. Todos temos o nosso lugar ao sol!



Sandra Nepomuceno é bacharel em Relações Internacionais pela UNB, oficial de chancelaria e ex-presidente do Sinditamaraty. Foi Vice – Cônsul no Consulado Geral do Brasil em Milão, na Itália, e também atuou em Pretória, na África do Sul, em Belgrado, na Sérvia, e em Malabo, na Guiné Equatorial. Atualmente, Sandra está servindo em Chicago, nos Estados Unidos.



# FU TU RO

**M**inha preparação para o CACD foi marcada por dualidade permanente. Em meu subconsciente, tinha certeza de que a diplomacia era a escolha certa de carreira, a que mais se adequava aos meus interesses e às minhas aptidões. Ao mesmo tempo, pairava a sensação de que eu estava escalando uma montanha cujo topo era demasiadamente alto, e que qualquer deslizamento de minha parte faria com que eu tivesse de iniciar toda a travessia novamente, partindo do zero.

De início, algumas palavras sobre minha trajetória: trabalhei ao longo de toda a preparação para o concurso na Embaixada da Itália em Brasília, o que me permitiu obter uma “amostra” de como funciona um ambiente diplomático, ainda que do ponto de vista de uma contratada local. Em mais da metade do meu tempo no antigo serviço, fiz parte do setor econômico e comercial, onde pude seguir o andamento das negociações do acordo Mercosul-UE em inúmeras reuniões com os países europeus. Acompanhei diariamente questões bastante sensíveis do comércio entre Brasil e Itália, como as que envolvem barreiras sanitárias e fitossanitárias. Estive por alguns meses no setor consular, onde foi perceptível a sensação de, efetivamente, estar ajudando o próximo como fruto direto das próprias ações. Em 2020, os adiamentos do concurso se somaram ao teletrabalho, quando também desempenhei funções no setor de imprensa e precisei reportar as tristes notícias relacionadas à pandemia.

Ao escrever este relato, sentada em uma sala do Instituto Rio Branco, sinto-me enormemente privilegiada por ter contado desde sempre com o apoio e o amor de minha família, de meu companheiro e de meus amigos. Estou ciente de que, apesar de avanços consideráveis, muitas mulheres ainda se perguntam se vale a pena seguir a carreira diplomática em razão de medos variados: “Haverá tempo para constituir família?”, “Como criar meus filhos com as constantes viagens e mudanças?”. Questionamentos como esses podem ser empecilhos para que haja uma maior participação feminina no CACD e mesmo entre os aprovados. Ademais, não se pode esquecer da tão temida “síndrome da impostora”, a qual, por vezes,

deixei que se apoderasse de mim.

É preciso ter firmeza de propósito para encarar a preparação para o concurso e, posteriormente, a diplomacia. O curso de formação exige muita dedicação dos recém-empossados secretários: no atual semestre, estamos cursando catorze matérias, entre as quais quatro idiomas diferentes. A carreira é bastante hierarquizada e a disciplina é um de seus pilares. Todavia, gosto de pensar que ser diplomata é a oportunidade de viver diversas vidas dentro de uma só. Além de conhecer novos países e culturas em primeira mão, pode-se adquirir e exercitar diferentes habilidades por meio do trabalho com temas variados ao longo da vida profissional: da administração à política, do meio ambiente ao comércio, o que é raridade no serviço público. Mesmo que a profissão do diplomata não seja ainda completamente compreendida pela população, sua atividade impacta diretamente a vida dos nacionais do país que ele representa.

Assim, ainda que questionamentos de toda sorte nos passem pela cabeça, ainda que o topo da montanha pareça alto demais, deve-se seguir adiante. Afinal, nas palavras de Guimarães Rosa: “a vida é feita de poucas certezas e muitos dar-se um jeito”.



Sofia Hauschild possui graduação em Economia pela Universidade de Brasília e mestrado em Economia e Gestão do Setor Agroalimentar pela Università Cattolica del Sacro Cuore (Cremona, Itália). De 2017 a 2021, trabalhou na Embaixada da Itália em Brasília. Hoje, é terceira-secretária da carreira diplomática e está no primeiro semestre do curso de formação do Instituto Rio Branco.

**N** dia da minha posse como diplomata, 11/11, eu acordei e tomei meu café de costume. Coloquei um vestido branco e botas cor-de-rosa e parti em direção à assinatura que iniciaria uma nova fase da minha vida. Sentada na cadeira almofadada de tecido azul do auditório do Instituto Rio Branco, não pude deixar de pensar em como eu havia chegado ali.

Minha mãe era auxiliar administrativa de uma empresa privada; meu pai, professor de educação física. Eles eram separados, e minha mãe acabou me criando com pouco mais de um salário-mínimo. Apesar disso, eu nunca pensei que não pudesse ser qualquer coisa que eu quisesse ser. E cresci querendo ser muitas coisas diferentes. Uma veterinária que salvaria todos os animais do mundo. Uma atriz famosa. Uma neurocirurgiã de sucesso – ou, quem sabe, uma cirurgiã cardiovascular, eu não sabia ao certo. Uma diretora criativa de uma revista de moda. No entanto, nunca, durante minha infância e adolescência, eu cogitei ser diplomata. Nem mesmo quando iniciei minha graduação em Relações Internacionais, na UnB, pensei seriamente nessa possibilidade. Eu já cresci profundamente envolvida no mundo das notícias instantâneas e dos memes das redes sociais. Perto disso, o Itamaraty parecia um tanto antiquado. A imagem que chegava até mim do ministério era a de um corpo diplomático formado unicamente por homens brancos de meia idade. Nada contra homens brancos de meia idade. Tudo contra a chatice indefensável das estruturas monocromáticas. Eu pensava que morreria de tédio se escolhesse ser diplomata.

E é por isso que minha história com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) não começou no dia da minha posse, mas três anos antes. Na época, eu tinha 21 anos e ainda tinha medo de atender o telefone. Minha entrevista de estágio foi marcada por e-mail e, no dia combinado, eu compareci ao MRE sentindo aquele nervosismo das novas experiências roendo as paredes do meu estômago. E foi uma grande nova experiência. Não só consegui o estágio como também comecei a trabalhar, para a minha surpresa, com quatro chefes, dentre eles duas mulheres e um negro.

Meu estágio mudou minha visão do Itamaraty. Ajudou-me a enxergar um Itamaraty que se

pluraliza aos poucos, que reinventa tradições, modernizando-as. Morrer de tédio? Nunca. Eu acabei me apaixonando pela diplomacia. Ainda assim, eu comecei a sentir falta de uma coisa: mulheres negras. Uma vez, eu vi uma diplomata negra na biblioteca e sorri. Isso mesmo, uma vez. Nos meus seis meses de estágio, consigo contar nos dedos a quantidade de diplomatas negras que vi nos corredores do ministério: duas.

Mas chega de conversa sobre esses tempos áureos. O que interessa é que agora eu sou uma diplomata negra. A única da minha turma. Eu poderia dar aqui dicas de estudos, mas não acho que tenha nenhuma dica muito diferente das tantas já disponíveis em conversas com os aprovados e outros recursos facilitados pela tecnologia. O que eu posso dar é motivação. E, também, uma dica: não se deixe enrijecer. As muitas horas de estudo cansam, a competição é ferrenha. As pessoas podem e provavelmente vão falar de você, te desencorajar, até mesmo te ridicularizar, mas se lembre de que existem coisas mais importantes do que nosso ambiente imediato. E que, como diplomata ou não, você é uma parte essencial em tornar esse mundo um lugar onde se vale a pena viver. Branco, negro, amarelo, vermelho ou quatro patas. No final, seus esforços valem a pena.

Eu acabo de começar minha carreira, mas a impressão que fica é a de que o Itamaraty precisa de diversidade. Precisa porque os desafios do século XXI são muitos, complexos e multifacetados. Muitos deles só podem ser resolvidos com criatividade. E soluções diferentes só podem ser fornecidas por pessoas diferentes. Vou terminar por aqui, desejando a vocês uma ótima jornada até seus sonhos.



Morgana Lino, nascida em Brasília em 1997. Formada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) em 2018. Aprovada no concurso de admissão à carreira diplomática de 2021. Atualmente terceira-secretária no Instituto Rio Branco.



# FA MÍ LIA



# MATERNIDADE E DIPLOMACIA

**E**u tive muita sorte com relação ao CACD – fui aprovada ainda no último semestre da faculdade. Formei-me em julho e tomei posse como diplomata em agosto de 2009. Então, a não ser que alguma surpresa apareça no meu futuro, é provável que toda a minha vida profissional seja no Itamaraty.

Durante o curso de formação no Instituto Rio Branco, fui lotada na Divisão de Cooperação Financeira e Tributária, onde eu trabalhava com cooperação em assuntos tributários, perdão de dívidas e recebimento de cooperação financeira internacional. Trabalhei com esses temas por 4 anos e então parti para a minha primeira remoção, em 2014, para a Embaixada do Brasil em Oslo. Lá, eu era responsável pelos setores político, de meio ambiente, cultural e educacional. Em 2018, fui removida para a Embaixada em Amã, onde cuidei dos temas consular, cultural e de direitos humanos.

Eu servi em dois postos pequenos, com poucos diplomatas, em que cada funcionário precisa se dedicar a vários temas, Por causa disso, já passei por quase todo setor que existe em uma embaixada! Foi bem interessante já poder ter uma visão tão ampla do trabalho no começo da minha carreira. Mas depois de dois postos, um marido (que conheci na Noruega) e duas filhas (que nasceram na Jordânia),

eu senti saudades do Brasil, e voltei para a Secretaria de Estado, em Brasília, no final de 2021. Agora estou trabalhando na coordenação do G20, cuidando dos trabalhos do Brasil na trilha de sherpas do G20 e na preparação para a nossa presidência do agrupamento, que será em 2024.

**Qual você considera ser a importância de ser uma mulher na carreira diplomática brasileira?**

Eu já parto do princípio de que o corpo diplomático representa o Brasil e, por



isso, deveria ser um retrato da nossa população. Como nós mulheres somos 50% dos brasileiros, precisamos estar representadas no Itamaraty também – e no momento estamos sub-representadas, assim como outras minorias, inclusive negros, indígenas, pessoas com deficiência etc. O Brasil é plural e o Itamaraty se beneficia muito de ter diversidade em seus quadros.

## **Além das particularidades de ser mulher, você é uma mulher que se tornou mãe enquanto diplomata. Como você sente que a maternidade já impactou na sua vida profissional?**

Eu já comentei de como tive sorte na minha aprovação no concurso, e considero que tive bastante sorte (e privilégio) com relação à maternidade no ministério. Sei que muitas mulheres enfrentam dificuldades adicionais na carreira por conta da maternidade, mas eu até agora vivenciei mais efeitos positivos do que negativos ao me tornar mãe.

Por exemplo, eu busquei a remoção em Amã já pensando em engravidar. Estava num momento pessoal e no meu relacionamento em que fazia sentido ter filhos, já havia pesquisado um pouco sobre o sistema de saúde jordaniano e achei que teria uma gravidez segura, enfim, foi bem planejado. Na minha primeira conversa com o então Embaixador, expliquei isso para ele e disse que eu provavelmente tiraria licença maternidade no período em que trabalharíamos juntos. A resposta dele foi surpreendentemente positiva: “A Jordânia é um posto para famílias mesmo, já imaginava que você teria filhos aqui quando você pleiteou remoção!”.

## **Quais os maiores desafios de conciliar a maternidade e a diplomacia?**

Um dos principais desafios para conciliar maternidade e diplomacia é a progressão na carreira – e um dos motivos pelos quais existem relativamente menos embaixadoras em comparação ao número total de diplomatas. Por exemplo, para ser promovida de Conselheira para Ministra de Segunda Classe é preciso fazer um curso chamado Curso de Altos Estudos (CAE), que inclui a entrega de uma tese. A apresentação desta tese costuma acontecer no mês de julho, quando as mães estão ocupadas com os filhos em férias escolares.

Para promoção de Segunda para Primeira Secretária, o requisito é o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD). Eu fiz esse curso de forma virtual, quando estava grávida da minha segunda filha, e não sei até hoje como consegui fazer as provas enquanto lidava com os sintomas da gravidez e uma criança de um ano demandando minha atenção o tempo todo. Eu obviamente

estava em desvantagem com relação aos colegas que não têm filhos.

## **E os efeitos positivos, como a maternidade afeta positivamente sua atuação como diplomata?**

Acho que a maternidade ajuda a gente a ter maior perspectiva de futuro. Deixar um mundo melhor para as minhas filhas é agora uma das minhas prioridades em tudo que eu faço, inclusive no trabalho.

Também contribuiu para eu ter um senso de empatia maior. Um mês depois de voltar da licença maternidade, quando eu era responsável pelo setor consular em Amã, um brasileiro faleceu na Jordânia e coube a mim dar a notícia para a mãe dele. Foi muito difícil, mas acho que se eu não fosse mãe eu não teria conseguido me comunicar com aquela mãe e aquela família da forma que me comuniquei.

## **Qual conselho você daria para uma mulher que vive/pretende viver a maternidade e pode estar apreensiva com o seu próprio desempenho na carreira diplomática?**

O conselho sobre maternidade que eu dou para todo mundo é que se você quer ter filhos, tenha, pois é a coisa mais linda que eu já fiz. Se você não quiser ter filhos, não tenha, pois é também a coisa mais difícil da minha vida.

Ser mãe é muito difícil, e ser mãe e diplomata tem alguns desafios em particular – não ter rede de apoio quando está no exterior, ficar mais apreensiva com as possibilidades de progressão de carreira, gastos com educação altíssimos... Mas também é incrivelmente belo acompanhar uma pessoinha nova se criando pelo mundo!



Mãe de duas meninas, esposa e diplomata desde 2009. Já serviu nas Embaixadas de Oslo e de Amã. Na Secretaria de Estado, já trabalhou com temas tributários e, atualmente, está lotada na coordenação do G20.



**Q**uando o pessoal do IDEG me pediu para escrever sobre famílias diplomáticas, pensei em resgatar um pouco do que meu marido Hélio Franchini e eu falamos no livro que lançamos e que redigimos a quatro mãos intitulado “Um pouco de diplomacia”. Depois, olhei para onde estava naquele momento: em um quarto de hotel com nossa família (nós e nossas duas meninas), saindo da Colômbia e voltando para o Brasil, e pensei: “não, não quero falar de teoria, eu quero falar é sobre isso daqui”. O que escrevo então é destinado, principalmente, ao pessoal que está estudando para o concurso, ou que acabou de passar, e suas famílias, ou seja, um pouco do que eu gostaria de ter escutado quando era uma jovem que namorava um moço que estudava para ser diplomata.

O concurso não é a carreira - Como todos sabem, o concurso para o CACD é difícil e exige muita dedicação. Eu acompanhei o Helinho durante todo o processo de estudo e testemunhei o esforço e obstinação que demanda. A única coisa que tenho a dizer é: tenham paciência e busquem fontes de inspiração. Como jovens namorados que éramos à época, um dos nossos programas favoritos era

gastar um bom tempo na Tok&Stok planejando como seria nossa casa quando ele passasse. Funcionava como forte estímulo para os estudos.

O começo da carreira - Depois da aprovação no concurso, há um período de adaptação do(a) aprovado(a) e de quem o(a) acompanha à realidade da vida diplomática. Aos poucos, aprende-se sobre a importância do 3º turno (eventos sociais) como parte integrante da atuação diplomática; sobre a possibilidade de se ter uma agenda intensa de missões que envolvem viagens constantes; sobre a relevância da construção de círculos sociais variados (colegas de turma, esplanada, academia, etc), entre outros.

Essa realidade da vida diplomática acaba influenciando a dinâmica da nova família e exige uma acomodação entre as partes que apenas cada casal/família saberá definir. Nesse aspecto, minha humilde sugestão seria de a família tentar construir um círculo de amigos de dentro e fora da carreira, e também de investir em seus gostos e hobbies, pois isso poderá ajudar a aguentar períodos mais difíceis ao longo da carreira.

A vida no exterior - Para mim, o primeiro posto é

onde de fato se forma a família diplomática. Longe de seu país, familiares e amigos, a família terá que se apoiar mutuamente para fazer a vida diplomática funcionar.

Uma das coisas que mais me marcou foi entender os limites da atuação pessoal, tanto do(a) diplomata quanto do cônjuge. Ocorre que, no exterior, ao atuar em nome de um Estado, o(a) diplomata atua quase como uma “pessoa jurídica”. Isso envolve restrições ao modo de manifestar opiniões, o que vale também para sua família, já que estão todos sob o status diplomático.

Por outro lado, a riqueza da experiência pode ser extremamente proveitosa. Aproveitem para explorar o novo país, cultura, povo, língua, culinária, etc e vivam intensamente o período (que, aliás, passa voando). A interação com os corpos diplomáticos de outros países é, igualmente, uma oportunidade interessante. Essa interação com outras famílias que estão na mesma situação que vocês pode ser fonte de bons aprendizados sobre diferenças entre culturas e de boas amizades.

Uma dica prática que eu daria seria não menosprezar o valor dos grupos de WhatsApp de brasileiros no local (oh no! mais um grupo). Principalmente no início da adaptação ao novo país, usar essa rede para obter informações, avaliações de serviços e dicas pode ajudar (e muito). E, claro, ficar também de olho quando organizam algum encontro para curtir uma boa feijoada com caipirinha e matar um pouquinho da saudade de casa.

Carreira do cônjuge - Talvez esse seja um dos grandes desafios das modernas famílias diplomáticas. Cada vez mais, tenho encontrado cônjuges que ambicionam criar carreiras próprias e, por experiência própria, digo que construir uma carreira não retilínea pode ser desafiador. Para algumas áreas de atuação, a adaptação ao exterior pode, inclusive, ser ainda mais complicada, como as áreas médicas e jurídicas (a não ser as de direito internacional).

Muitas empresas multinacionais que transferem seus funcionários de país a país possuem um “pacote adaptação”, ou seja, uma verba destinada

a ajudar famílias nessa adaptação ao novo país. Esses serviços de relocation cobrem desde ajuda com a procura de apartamentos e escolas, e cursos de língua para os cônjuges, até a contratação de consultorias de carreira para melhor planejar esse período fora de seu país de origem.

Os serviços públicos dos países, no geral, não possuem a prática de cobrir tais custos, portanto, eu recomendaria fortemente às famílias diplomáticas a separarem recursos para esse fim. Mudar para um novo país sem ter uma rede de conhecidos e de apoio pode ser desafiante em termos profissionais. Considerem investir em ajuda especializada para cursos, consultorias e, por que não, também uma terapia ou um fundo para pagar “passagens para a família do cônjuge ou para a melhor amiga vir visitar”.

Conclusão - Minha conclusão disso tudo para as famílias diplomáticas, considerando que ainda temos muito da carreira pela frente, é: construam um projeto comum. Ter um projeto comum envolve conversar amplamente sobre as ambições de cada um; sobre os prós e contras dos destinos/postos; sobre a conveniência dos tempos das mudanças com os projetos pessoais de cada um; e sobre as finanças da família (projetos de compra, poupança e planejamento de gastos). Alinhar as oportunidades com as expectativas de cada um poderá diminuir consideravelmente a possibilidade de ruídos ao longo do processo.

Ah! E não se esqueçam de enjoy the ride.



Internacionalista de formação, Ivy Brasil atuou por anos na área de gestão de projetos de cooperação internacional em organismos internacionais como Unesco e OCDE. Casada com o diplomata Hélio Franchini, depois de passarem por Lima e Paris, e após a maternidade, se descobriu fotógrafa.



# ASPI RAÇÕES

# A MULHER É COMO UM FAROL

O mundo sempre foi o meu maior sonho. Desde criança, passava horas imaginando como seria conhecer outros países, novas culturas, falar novas línguas. Cidadã do mundo – eu pensava e repetia inúmeras vezes –, um dia, serei. O tempo foi passando e o que antes era sonho tornou-se meu maior objetivo.

Ao contrário de muitos, eu já conhecia a carreira diplomática desde muito cedo, quando ainda criança, um familiar ingressou no quadro de funcionários do Ministério das Relações Exteriores. O fascínio veio desde pequena, mas a decisão de ir em busca por uma vaga no Itamaraty tardou alguns anos. Já são quase dois anos de caminhada e, entre livros, fichamentos, aulas, questões e simulados, eu sigo firme, com alguns tropeços e arranhões, rumo à direção que escolhi.

A trajetória, todavia, seria muito mais árdua se muitas de nós não tivessem aplainado a terra. Ser mulher é destravar portas, é cortar os galhos que ficam no meio do caminho, é romper barreiras, quebrar paradigmas. Ser mulher é ser resistente, porque nada nunca nos é dado facilmente. Eu sei que se hoje estou aqui, me preparando da melhor forma possível para contribuir com o futuro das relações exteriores do meu país, é porque muitas vieram antes de mim e me fizeram crer que isso era possível.

Pensei várias vezes em como escrever esse relato e percebi que deveria direcionar o olhar para o caminho que já percorremos e não o que ainda nos falta, porque o que nos falta, nós iremos conquistar, sem nenhuma dúvida. Nós sempre conquistamos. Conquistamos e conquistaremos porque Maria José de Castro Rabello nos abriu essa porta. Persistiremos e seguiremos, porque o legado de Irene, de Viviane, de Amena, de Morgana, de Sofia e de tantas outras nos acompanha, nos impulsiona e nos faz crer em nós mesmas.

Certa vez, ouvi da embaixadora Sônia Gomes uma frase que ecoa, todos os dias, dentro de mim: “A mulher é como um farol, iluminando o caminho das demais. Quando uma acende, ela quer o mesmo para as que estão vindo”. Mesmo que sejamos ainda poucas, somos luz. Cada uma que venceu a batalha que o concurso é, que vence as batalhas que a carreira nos impõe, que supera os desafios que a sociedade e a realidade, infelizmente, ainda nos submetem, é como um farol, nos iluminando, nos apontando o caminho e direcionando os nossos passos.

Se eu, uma mulher cacadista de 24 anos, persisto, enfrento e sigo em busca do meu sonho, do meu lugar naquela instituição, é porque eu aprendi – e, aprendo, todos os dias – a não desistir, pelo exemplo de vocês. Por isso, obrigada por terem conseguido e nos mostrarem que sim, nós também iremos conseguir! Uma mulher nunca vence sozinha, ela traz muitas depois dela.

Sigo os passos de quem não desistiu. Diante das adversidades, da exaustão, do medo, de algumas derrotas, elevo os olhos para a luz - há faróis que me iluminam. Por isso, mulheres cacadistas, saibam que nós já brilhamos de onde nós estamos. Quando chegarmos lá, nossa luz será ainda mais forte, porque se unirá a outras.

Ainda somos um pouco mais de 20%. Amanhã, seremos mais. Seremos eu, você e tantas outras. Iluminaremos reuniões engravatadas, com o sorriso largo, a voz suave, a sensibilidade e a força que carregamos dentro de nós. Representatividade importa. E nós continuaremos arrombando portas, se necessário for, mas mostrando nosso valor e conquistando nosso espaço.



Bárbara Mendonça, formada em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, com mobilidade acadêmica na Faculdade de Direito de Coimbra. Especialista em Direito Internacional (CEDIN). Prepara-se para o CACD há quase dois anos.

**E**u gosto da definição de que “propósito” é algo resultante da junção da sua habilidade, sua paixão e sua serventia ao mundo. Portanto, ser voz, comunicar, ser o elo, representar, defender, tudo isso faz parte do meu propósito. E eu percebo na diplomacia um dos meios ideais para alcançá-lo. No entanto, tenho plena ciência de que, para ousar cogitar ser diplomata, sendo mulher, muitas outras mulheres lutaram por esse espaço. Eis que encho o peito de orgulho ao escrever que me espelho na força de cada uma dessas mulheres que vieram antes de mim. Elas, que prepararam o terreno para que eu pudesse sonhar e conquistar, quando chegasse a minha vez.

Sabemos, também, que para sermos ouvidas, talvez precisemos nos esforçar, pelo menos, duas vezes mais, em um ambiente repleto de homens - e intoxicado pelo machismo estrutural. Mas, acima de tudo, temos, como mulheres, dons inatos de um olhar fresco. A aptidão à reconciliação, a sensibilidade do acolhimento e, sopram os ventos, um sexto sentido intuitivo. Você, leitor(a), concordando com essas afirmações ou não, deve refletir que, nós, mulheres, temos algo de diferente, que só nós podemos compreender. Ainda, temos o intenso privilégio de gerar vidas: de sermos metade da população do mundo, enquanto a outra metade são filhos de outras mulheres.

Além disso, a jornada de preparação e estudos para ingressar na carreira de diplomata é, naturalmente, árdua. Às mulheres que se atrevem a ser corajosas ao enfrentar esse processo, toda a minha admiração e respeito. Não preciso enumerar as condições adversas que, como mulheres, temos de superar. Condições essas que homens nem imaginam. Mas nós sabemos. Assim sendo, o sabor da vitória há de ser tão poderoso - assim como é uma mulher

resiliente. O ato de servir vindo de uma mulher que ultrapassou todo e qualquer obstáculo, que tem como propósito de vida ser uma profissional do serviço exterior brasileiro, pode ser simplesmente revolucionário.

É exatamente por tudo isso que precisamos aumentar as estatísticas. A diplomacia brasileira precisa de mais mulheres. O mundo precisa de mais mulheres em posições de liderança. Contar com mais mulheres em cargos de influência pode salvar o futuro do Planeta - e não leve como exagero. É uma constatação que a humanidade não deveria querer pagar para ver. E, por essa razão, o nosso caminho já começou a ser trilhado. Nomes de mulheres importantíssimas para a história já nos passaram o bastão. Agora, é com muita honra, que eu, assim como tantas outras, vamos com garra conquistar o que podemos. O lugar e a voz que nos pertencem. Como a embaixadora Irene Vida Gala bem nos lembrou no início desta publicação: sim, o Itamaraty também é nosso.



Júlia Molinari tem 25 anos, é poliglota e formada em Comunicação e Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (2018), com MBA em Marketing Digital para Gestores Públicos (2022). No IDEG, atua como jornalista multimídia. Ainda, utiliza o Instagram (@diplomiss) para compartilhar sua rotina de estudos para o CACD.





**H**á não muito tempo, quase por acaso, eu descobri o concurso para a carreira de diplomata. Sobre esse período de preparação, poderia falar do quanto estudar para o CACD é árduo, do quanto mexe com nossa autoestima, principalmente quando somos mulheres, já que, enquanto nos questionamos se somos realmente capazes de vencer as provas, a pressão adicional do famigerado “relógio biológico” faz parecer que a preparação está nos “roubando” anos preciosos da nossa juventude. Poderia falar que, na busca do método infalível, do cronograma perfeito, dos melhores cursos e dos melhores professores, a gente acaba tendo que lidar com muita frustração. Poderia falar que nem sempre as discursivas serão entregues dentro do prazo, nem sempre vamos conseguir ler e fichar 30 páginas em um dia, como nos comprometemos, nem sempre vamos poder comprar o mais novo curso lançado, nem sempre vamos render como gostaríamos. Poderia falar, sim, porque tudo isso seria a minha verdade.

Em contrapartida, posso falar do quão fascinante foi descobrir um concurso que me possibilitaria estudar matérias que sempre foram do meu maior interesse, para uma carreira que, entre os tantos benefícios, oferece a possibilidade de morar fora do país, como sempre sonhei. Posso falar que, no universo dos concursos, o CACD é um planeta à parte, mas que essa característica torna mais fácil o contato com pessoas dispostas a indicar os caminhos que você pode seguir, com muita gente disposta a caminhar com você. Posso falar que, nesse percurso, você vai perceber que há pessoas que realmente acreditam no seu sonho, no seu potencial, quando até você duvida que é capaz.

Posso falar que a preparação te amadurece, que os conhecimentos adquiridos te transformam. Posso falar que é uma jornada de autoconhecimento, de descoberta de muitas limitações, sim, mas também da nossa imensa capacidade de superá-las todos os dias. Posso falar que, enquanto superamos, já estamos nos tornando aquilo que queremos ser.

Eu não quero, com isso que pode mais parecer um discurso motivacional de coach, dizer que a preparação é leve e tranquila, porque está longe de ser; mas, ao receber o convite para contar um pouco sobre a minha preparação nesta edição dedicada às mulheres, optei por fugir da tentação de falar das tantas dificuldades adicionais que nós precisamos enfrentar para construirmos as nossas carreiras (sobretudo quando essa carreira envolve tantas mudanças e, às vezes, parece ser tão conflitante com projetos mais íntimos e pessoais), porque todas elas já nos são muito familiares. Hoje, meu desejo é que as mulheres que me lerem saibam que, apesar de não ser fácil, é possível para nós também.

Por último, enquanto candidata e mulher negra, não posso deixar de direcionar a minha mensagem às demais. Precisamos lutar para, cada vez mais, ocuparmos espaços relevantes na sociedade. Eu, consciente da minha cor e do privilégio que tive, a oportunidade de me desenvolver intelectualmente, quando sei que esta não é a realidade da maior parte da população negra do país, sinto-me desafiada a superar a invisibilidade que nos foi imposta. Representamos uma grande parte da população brasileira e, se, por meio da diplomacia, estamos exportando a imagem do Brasil para o mundo, também queremos e precisamos ser vistas. Quero que sejamos parte de um legado de mulheres que lutam para ocupar espaços representativos e inspirar outras a fazerem o mesmo. Para todas que nos antecederam, registro a minha admiração e os meus sinceros agradecimentos.



Grace Brito, formada em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) e aspirante a diplomata há um ano e oito meses



# IDEG

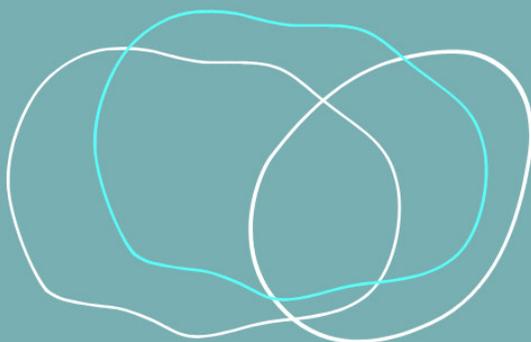
Instituto de Desenvolvimento  
e Estudos de Governo



Você pode acompanhar as principais notícias do Brasil e do mundo, selecionadas por um time de especialistas, por áudio ou diretamente no seu e-mail todos os dias.

É tudo grátis.  
Essa é mais uma forma de o IDEG te acolher.

Vamos juntos, acadistas?



Atualize seu caderno  
com as notícias mais  
importantes de

# 2022

Disponível em:



SIGA-NOS

f @cursoideg

@cursoideg

ideg.com.br

CONVERSE COM A GENTE

atendimento@ideg.com.br